

MOBRAL

MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO - DECOM

373.68:
331.024+
331.96:631
(81)

O BAIXO EMPREGO DIRETO DA
MÃO-DE-OBRA TÉCNICA NA AGRICULTURA

MOBRAL - SEDOC

Sector de Documentação

Registro n.º 2201 F

Origem doação

Preço Cr\$ 100,00

Data 11/04/83 1983

RUBRICA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

Ao : Diretor-Geral do Instituto Nacional
de Estudos e Pesquisas Educacionais

Assunto: Solicitação de apoio técnico-financeiro para a
execução de projeto de pesquisa educacional

A - Informações Gerais

1. Entidade que firmará o contrato

1.1. Fundação Getúlio Vargas

1.2. Qualificação: Pessoa jurídica de direito privado, sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, escritura lavrada no 17º Ofício de Notas, Tabelião - Dr. Luiz Cavalcante Filho, livro 475, folhas 6v. - CCC 3341663/0001-44.

1.3. Presidente da FGV - Luiz Simões Lopes
Diretor do IESAE - Raymundo Moniz de Araújo

2. Fração da Entidade incumbida do Projeto

2.1. Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE)

2.2. Endereço: Praia de Botafogo, 186 - 3º andar
Telefone: 286-0040

3. Projeto

3.1. O baixo emprego direto da mão-de-obra técnica na agricultura

3.2. Coordenador: Alternides Caldeira Moreau
Área de Graduação: Agronomia
Endereço: Rua São Clemente, 484 Aptº 301
Rio de Janeiro
Telefone: 266-5985

Nome dos participantes em nível técnico e respectivas áreas de graduação:

Maria Julieta Costa Calazans

Área de Graduação: Serviço Social

2 mestrandos estagiários

Duração: 12 meses

Montante dos recursos solicitados ao INEP: Cr\$

ALTERNIDES CALDEIRA MOFFAU
Coordenador do Projeto

RAYMUNDO MONIZ DE ARAGÃO
Diretor do IESAE

1. Definição do Problema

A posição da educação em relação às necessidades imediatas de produção da sociedade tem sido debatida há bastante tempo e continua sendo um problema na estratégia da utilização da educação para o progresso econômico.

Estudos sobre o problema da educação em países africanos, publicados por Thomas Balogh (1962) sintetizam o seguinte: "Uma transformação rural, só poderá vir, se ligar o processo educacional intimamente à transformação e à modernização da produção agrícola". Por outro lado, os estudos apresentados por Philips J. Forster (1963) contestam as argumentações de que a educação vocacional ou instrução técnica, por si só, levaria algum efeito sobre o desenvolvimento econômico, e afirma: "nenhuma soma de instrução técnica vocacional ou agrícola, encarada isoladamente no sistema de educação formal, conseguirá reduzir o êxodo das áreas rurais, limitar o volume do desemprego ou sequer ter algum efeito por si próprio, no ritmo do desenvolvimento econômico".

Na discussão desses autores citados, nota-se contudo, que há um acordo central que os percorre, ou seja, que a educação técnica-rural é um componente essencialmente importante na contribuição da educação para o desenvolvimento de sociedades apoiadas na agricultura. O problema fundamental seria apreender como aumentar o impacto da educação nas áreas que apresentam potencial de irradiação e multiplicação desse efeito.

Em artigo sobre o Ensino e Formação para o Desenvolvimento da Agricultura, o autor Alvaro Chaparro, estabelece como função do ensino técnico-agrícola, preparar jovens para:

- explorar uma propriedade;
- ocupar um posto do governo na agricultura;
- trabalhar numa propriedade privada;
- entrar para a Universidade.

Preocupa-se com a inadequada formação do profissional (técnico-agrícola); considera os postos do governo como o melhor mercado para os técnicos agrícolas; recomenda uma associação entre ensino agrícola e reforma agrária; identifica o ensino agrícola em países não-desenvolvidos como mero trampolim para sair-se do campo e dirigir-se a outras ocupações. Mesmo assim, não nega a importância dos conhecimentos neste ramo para a melhoria da agricultura.

Observando os programas de governo, os planos orçamentários de entidades bancárias e de outras instituições ligadas ao problema do desenvolvimento agrícola, nota-se que as preocupações estão em torno de incentivar a melhoria técnica das práticas agrícolas, elevar a produção para a exportação, aumentar a produção de alimentos para as populações em ascensão, expandir o crédito rural, modernizar a comercialização dos produtos agropecuários. Estas necessidades poderão ser atendidas de uma maneira indireta através de emprego da mão-de-obra técnica nos programas governamentais de pesquisa, de ensino, de extensão rural e assistência técnica, de fomento à produção e em outros programas de Organizações voltadas para a agricultura.

Ou podem ainda, receber uma atuação direta da mão-de-obra qualificada tecnicamente exercendo funções dentro da propriedade agrícola como produtores independentes ou como empregados das empresas agropecuárias nas funções de administradores, assistentes técnicos e outras.

Além do que foi comentado, tem-se também em vista, crescente modernização da agricultura, exigindo um paralelo aperfeiçoamento da mão-de-obra a ser empregada, o incentivo à implantação de uma orientação de caráter empresarial por parte dos serviços de Extensão Rural, o programa de expansão da atividade agrícola principal da área a ser estudada* e outras iniciativas que estão sendo tomadas em favor do desenvolvimento da agricultura.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para:

a) oferecer novas bases para o planejamento da educação técnica-agrícola;

* Cacaucultura

b) dar subsídios aos programas de Extensão Rural e Assistência Técnica e às Instituições de apoio financeiro à produção agropecuária para formulação dos seus programas, no tocante aos recursos humanos direta ou indiretamente;

c) estimular o estudo de novas formas de ampliação do mercado de trabalho para técnicos agrícolas e conseqüentemente repercutir na melhoria da produção agropecuária;

d) contribuir para a formulação mais objetiva dos programas de profissionalização no ensino médio.

Apesar do aparente interesse dos agricultores em absorver melhor a tecnologia moderna e aumentar a produtividade dos seus negócios agrícolas, verifica-se que a convocação direta dos técnicos para participarem desse empreendimento é limitada, preferindo os agricultores, contarem com a orientação técnica de caráter geral e as vezes esporádicas que lhes oferecem os Órgãos assistenciais e manter um "administrador de fazenda" com baixo nível de instrução à frente da propriedade.* São dadas algumas explicações econômicas para tal ocorrência, porém certamente outros fatores além dos estritamente econômicos deverão estar contribuindo para que isso aconteça e naturalmente é importante que sejam também analisados.

Não há dúvida de que cada vez mais a educação tem sido julgada por sua utilidade econômica levando a maior parte das pessoas, antes de tudo, a tentar discriminar o que é ou não um bom investimento para elas quando buscam a educação.

Da parte dos técnicos, verifica-se também um aparente entusiasmo em obter maiores progressos para a agropecuária, mas não é difícil se observar a prioridade que é dada às mais vantajosas condições de emprego em termos salariais, de localização, segurança, posição social e outros aspectos.

Na tentativa de incentivar a atuação direta de técnicos no processo produtivo agrícola, alguns planejadores têm sugerido a introdução de mecanismos de vinculação da contratação de técnicos aos

* Referente aos agricultores da região cacauzeira do Estado da Bahia e aos técnicos agrícolas formados em Escola Agrícola daquela área e de outras Escolas Agrícolas do Nordeste conhecidas pelo autor.

projetos agrícolas beneficiados pelo crédito rural e outras medidas tais como, acordos com dirigentes de associações de agricultores no sentido de promover o interesse pelo emprego de técnicos, subsídios aos empregadores diretos de mão-de-obra técnica, liberação de determinadas etapas da fiscalização do crédito, estágios de alunos de escolas técnicas em propriedades agrícolas etc.

Além disso, observa-se que a maioria dos jovens preparados pelas Escolas Agrícolas são filhos de agricultores e alguns de trabalhadores rurais, que ao final dos cursos raramente retornam à sua área de origem, quer seja para integrar-se ao processo de produção a que estavam ligados, ou mesmo para trabalharem diretamente em outras propriedades, preferindo buscar emprego em órgãos governamentais ou de iniciativa privada voltados para a assistência técnica e financeira à agricultura e/ou ainda tentar o ingresso nos cursos universitários.

Sabe-se que o presente estudo, apesar de parecer apenas um problema de mercado de trabalho, envolve uma compreensão mais ampla dos problemas de regiões subdesenvolvidas e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de trabalho nesses sistemas de organização agrária. Problemas ligados à modernização ou justaposição de tecnologias modernas nas empresas agrícolas com organizações tradicionais, empregadoras de uma mão-de-obra sem qualificação técnica e com baixa disponibilidade de capital de exploração.

2. Objetivos

O estudo pretende identificar alguns aspectos característicos que limitam a ocupação direta de técnicos agrícolas no processo de produção agropecuária. Esta ocupação será inicialmente identificada através da existência ou não de contratos de trabalho entre agricultores e técnicos agrícolas e/ou atuação dos técnicos como produtores independentes.

Especificamente, deseja-se conhecer:

- 1) Algumas características sócio-econômicas da área que servirá de base para o estudo, enfocando analiticamente determinadas transformações processadas num período delimitado, tentando examinar o estágio atual de desenvolvimento referente às forças produtivas e suas relações de trabalho;

2) Identificar os principais fatores sócio-econômicos e culturais ligados aos agricultores capazes de influir na demanda de mão-de-obra técnica;

3) Identificar os principais fatores sócio-econômicos e culturais ligados aos técnicos agrícolas capazes de influenciar na oferta de mão-de-obra direta para a agricultura.

3. Hipóteses

1) As formas de organização da produção e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de trabalho limitam a absorção de pessoal técnico pelas empresas agrícolas.

2) As características pessoais, econômicas e culturais dos agricultores e suas expectativas reduzem a demanda de serviços técnicos diretos.

3) As características pessoais dos técnicos agrícolas e suas aspirações decorrentes em grande parte do processo de formação, contrastam com as condições apresentadas pelo meio rural, determinando uma fraca absorção direta do técnico nas atividades agrícolas.

4. Definição Operacional das Variáveis

4.1. Em relação à primeira hipótese

A - Organização da produção e estágio de desenvolvimento das forças produtivas

1. Diretrizes e incentivos governamentais (Federal, Estadual, Regional).
2. Estrutura da produção
 - . agricultura comercial (mercado)
 - . agricultura de subsistência (doméstica)
3. Estrutura fundiária
 - . minifúndio
 - . módulo rural
 - . empresa rural
 - . latifúndio por exploração
 - . latifúndio por dimensão

4. Recursos da produção
 - . Terra
 - . Capital financeiro
 - . Trabalho tradicional
 - . Tecnologia moderna

B - Relações de trabalho e absorção de pessoal técnico

1. Composição e estrutura da força de trabalho por ocupação;
2. Composição e estrutura da força de trabalho por posição na ocupação;
3. Absorção da mão de obra técnica por tipo de propriedade e por unidade de área cultivada;
4. Tipo de remuneração;
5. Contrato de trabalho;
6. Rotatividade da mão de obra.

4.2. Em Relação à Segunda Hipótese

1. Faixa etária dos agricultores;
2. Local de residência;
3. Nível de instrução;
4. Indicadores culturais (rádio, TV, jornais, revistas, visitas, correspondências);
5. Articulação com técnicos e instituições (formais e informais);
6. Produção - Volume e Valor;
7. Renda anual;
8. Custos dos insumos;
9. Formas e graus de relacionamento com o técnico;
10. Resistência à mudança (tradicionalismo)

4.3. Em relação à Terceira Hipótese

1. Faixa etária dos técnicos;
2. Estado civil;

3. Filiação (origem) dos técnicos;
4. Influência dos valores de atração do meio urbano:
 - . Salário
 - . assistência e seguros sociais e previdenciários
 - . continuação de estudos
 - . habitação
 - . lazer
 - . status
 - . transporte, comunicação
5. Setores de atividades preferidos pelos técnicos para o exercício da profissão;
6. Autonomia técnica
7. Disponibilidade de recursos para implantar tecnologia moderna (frustração profissional);
8. Repulsa pelos valores de origem (desvalorização do trabalho manual dos implementos de produção tradicionais das bases de uso doméstico;
9. Migração dos técnicos (rural-urbana);
10. Tipo de educação técnica rural recebida.

5. Área para Execução do Projeto

O estudo será localizado na microrregião homogênea 154 (IBGE), também denominada cacaueira, no Estado da Bahia, composta de vinte e oito municípios.

A microrregião cacaueira encontra-se situada no Sul do Estado da Bahia, compreendida entre os paralelos $13^{\circ} 30' S$ (em Teolandia) e $15^{\circ} 52' S$ (Belmonte) e os meridianos $39^{\circ} 00' W$ (em Belmonte) e $39^{\circ} 45' W$ (em Ipiaú). Estende-se por cerca de 600 quilômetros ao longo da costa atlântica, possuindo uma largura máxima de aproximadamente duzentos quilômetros.

Ocupando uma área de 17.086 km^2 a microrregião cacaueira possui uma população total (1970) de 631.541 habitantes, com uma densidade demográfica de 37 hab/km^2 .

A população economicamente ativa (p.e.a.) por setor está assim distribuída: setor primário - 58,08%, setor secundário - 10,58% e terciário - 31,34%. A taxa geral de ocupação da microregião cacauzeira revela que 31% das pessoas estão ocupadas nos diversos setores da economia (1970).

A população da microregião cacauzeira apresenta uma composição por idade em que aparece 32% até 10 anos e 55% até 20 anos de idade.

A microregião cacauzeira destaca-se como detentora de 80% da produção de cacau do Estado da Bahia, além da maior concentração de pecuária e ainda cultiva borracha, côco, dendê, pimenta-do-reino, cravo-da-índia.

6. Plano de Amostragem

O estudo aproveitará em grande parte a documentação existente sobre a região cacauzeira do Estado da Bahia elaborada pela CEPLAC durante vinte anos de atuação naquela área. Utilizará informações contidas no Diagnóstico Sócio-Econômico da região cacauzeira, nos programas de trabalho, nas análises e avaliações da atuação do órgão e em outros estudos específicos disponíveis na Instituição e de outras fontes.

A Amostragem

O baixo emprego direto da mão-de-obra técnica na agricultura da microregião cacauzeira será tomado como a variável principal desta pesquisa, que poderá ser vista como parte do estudo das "relações entre educação técnica e ocupação na agricultura".

A posse da terra nos municípios da microregião cacauzeira da Bahia apresenta os seguintes tipos de imóveis: latifúndios por dimensão, latifúndios por exploração, empresas rurais e minifúndios. Cfr. Estatuto da Terra (lei 4.504 nov. 1964).

Serão tomados apenas os imóveis pertencentes aos tipos denominados latifúndios por exploração e empresas rurais, para efeito do cálculo da amostra.*

* Isso deve-se ao fato de que os "minifúndios" por sua definição técnica determinam que a impossibilidade de oferecer o tipo de mão-de-obra considerado. Quanto aos "latifúndios por dimensão" a região existem apenas dois desses imóveis.

Os latifúndios por exploração representam 25% do número de imóveis e 60% da área ocupada, ficando as empresas rurais com 10% do número de imóveis totais e 17,50% da área ocupada com exploração agrícola.

A pesquisa tomará como informantes agricultores e técnicos agrícolas que se encontrem em atividade na microregião cacaueira.

Dentre os agricultores serão investigados apenas os proprietários dos imóveis que são caracterizados como latifúndios por exploração e empresas rurais, de acordo com justificativas anteriores.

Será adotado o sistema de amostragem de improbabilidade por quotas tendo em vista as características das populações a serem estudadas e a limitada possibilidade de uma provável inclusão de cada elemento nas amostras.

Esta amostragem poderá sofrer correções na ocasião de análises dos dados.

Amostra de agricultores - De acordo com levantamentos do INCRA (1972) o número de imóveis denominados latifúndios por exploração na microregião cacaueira é de 4.608, ocupando uma área total de 842.015 hectares. Os imóveis classificados como empresas rurais são em número de 1.795 e ocupam uma área de 245.809 hectares. Estes imóveis estão distribuídos em 28 municípios.

A estratificação para estabelecimento das quotas terá como base:

- Distribuição por área geográfica (localização dos municípios);
- Distribuição pela concentração da produção de cacau na microregião e nos municípios.

A microregião cacaueira será dividida em microregião norte, centro e sul para efeito da estratificação, com a seguinte distribuição dos municípios:

- Norte - 13 municípios com 28% da produção de cacau.
- Centro - 10 municípios com 50% da produção de cacau.
- Sul - 5 municípios com 22% da produção de cacau.

Serão entrevistados 180 agricultores, proprietários de imóveis, assim distribuídos:

Microregião Norte - 50 proprietários
Microregião Centro - 90 proprietários
Microregião Sul - 40 proprietários

As informações terão que ser obtidas no mínimo em 50% do número de municípios por microregião, e entre esses, os de maior produção de cacau. Os agricultores entrevistados deverão ser no mínimo, 2 empresários rurais e 2 latifundiários por exploração, por município trabalhado.

Amostra de técnicos agrícolas - A grande região cacauzeira do Estado da Bahia, possui apenas um curso de técnico em agropecuária oferecido pela Escola Média de Agricultura da Região Cacauzeira (EMARC) localizada no Município de Urucuca. Com 13 anos de funcionamento a EMARC já formou 600 técnicos agrícolas e estima-se que 60% desses técnicos estejam trabalhando na microregião cacauzeira.

A estratificação para o estabelecimento das quotas da amostragem, terá como base:

- . Distribuição geográfica (norte, centro, sul);
- . Distribuição pela concentração da produção de cacau na microregião e nos municípios;
- . Tempo de experiências dos técnicos depois de formados.

Serão entrevistados 60 técnicos agrícolas assim distribuídos:

Microregião Norte - 17
Microregião Centro - 30
Microregião Sul - 13

As informações terão que ser obtidas no mínimo em 30% do número de municípios (norte, centro, sul) e entre esses, os de maior produção de cacau e que sejam possuidores de escritórios de extensão rural e assistência técnica.

O número mínimo de técnicos a serem entrevistados por cada microregião (norte, centro, sul) será o seguinte:

- 2 técnicos com até 2 anos de formado
(pouca experiência)
- 2 técnicos com mais de 2 anos até 5 anos de formado
(média experiência)
- 2 técnicos com mais de 5 anos até 10 anos de formado
(larga experiência)

7. Indicação dos Instrumentos a serem utilizados

Pretende-se utilizar inquéritos que tenham a finalidade de conhecer "fatos" e "convicções" externadas pelos informantes. Para tanto, optou-se pela utilização de entrevista destinada aos agricultores e de um questionário que será aplicado aos técnicos agrícolas.

A entrevista será aplicada aos agricultores objetivando uma maior possibilidade de captar as informações de forma abrangente e com aprofundamento sobre as variáveis indicadas. Leva-se em conta que o agricultor geralmente é melhor alcançado por inquéritos que exigem pronunciamento verbal e às vezes acompanhado de certos esclarecimentos adicionais por parte do entrevistador.

O questionário será levado diretamente aos técnicos agrícolas procurando obter uma maior eficiência no alcance, porém com possibilidade de alguma economia de tempo e na mobilização de pessoal. Neste caso, aproveita-se o maior esclarecimento de que é possuidor o técnico agrícola em relação ao agricultor.

A entrevista para os agricultores constará de:

1. Captar informações pessoais dos agricultores;
2. Obter dados sobre a posse da terra e estrutura da produção;
3. Obter informações sobre os recursos da produção e sobre a tecnologia utilizada;
4. Composição e estrutura da força de trabalho por ocupação;

5. Existência de mão de obra técnica;
6. Tipo de remuneração e contrato de trabalho na propriedade;
7. Rotatividade da mão de obra;
8. Indicadores culturais;
9. Articulação com técnicos e instituições;
10. Custos dos insumos;
11. Resistência à mudança.

O questionário para os técnicos agrícolas constará de:

1. Informações pessoais sobre os técnicos;
2. Influência dos valores de atração do meio urbano;
3. Preferências por setores de atividades para o exercício da profissão;
4. Articulação com os agricultores;
5. Procedimento em relação aos valores tradicionais;
6. Tipo de educação técnica obtida.

Os dados serão coletados diretamente pelo responsável por esta pesquisa* juntamente com uma equipe que reside e trabalha na região em estudo, convocada especialmente para ajudar nessa tarefa. Dar-se-á preferência a formulação de questões alternativas-fixas nos instrumentos da pesquisa, contudo, de acordo com o tipo de informação desejada poderá se lançar mão de questões abertas.

8. Tratamento estatístico

Dentre as variáveis indicadas para apreender os conhecimentos direcionados pelas hipóteses levantadas temos algumas que serão desenvolvidas com maior ênfase no seu aspecto qualitativo e tomarão como ponto de apoio os dados secundários e a documentação específica disponível.

* Ver Currículo anexo

Outras variáveis sofrerão um tratamento mais quantitativo com a utilização das medidas de localização (média, moda, mediana) e medidas de dispersão (amplitude total, amplitude inter-quartil, desvio padrão), ao se trabalhar com uma variável isolada.

No cruzamento de variáveis serão utilizados os coeficientes de correlação, regressão, análise de variância e outros.

A tabulação dos dados será feita de forma manual com a formulação de diferentes tipos de tabelas.

9. Fases do Projeto e Cronograma - Janeiro a Dezembro/79

F A S E S	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração de Instrumentos												
a) Pesquisa bibliográfica e elaboração do quadro de análise												
b) Coleta das informações; revisão da amostragem (quota)												
c) Análise dos dados e tratamento estatístico												
d) Relatório final da pesquisa e encaminhamento ao INEP												

10. Bibliografia Básica

- ARAUJO, P.F.C. e SCHUH, C.E. Desenvolvimento da Agricultura, Educação, Pesquisa e Assistência Técnica, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975
- ASMAR, S.P. Tendência da Terra na região cacaueira da Bahia, Ilheus, CEPLAC, 1974
- _____. Demografia e Sociologia da população cacaueira, Ilheus, CEPLAC, 1972
- _____. Geografia da Microregião Cacaueira, Ilheus, CEPLAC, 1977
- ASSIS, Maria de. Mercado de Trabalho em São Paulo, Editora Nacional, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1972
- BRASIL - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) - Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira (Vol. II, III, VIII, X e XII). Rio de Janeiro, Carto-gráfica Cruzeiro do Sul, 1975
- BRASIL - CEPLAC - Orçamento-Programa, 1977, 1978. Bahia (mimeografado) 1977/78
- BRASIL - CEPLAC - Relatório Global, 1977. Bahia (mimeografado) 1977
- BRASIL - CEPLAC - Diretrizes para Expansão da Cacauicultura Nacional - PROCACAU (1976-85). Brasília, DF, 1976
- BRASIL - CEPLAC - Programa Regional de Educação, Ilheus, (mimeografado) 1977
- CASA NOVA, Pablo González. Sociologia de la explotación, Mexico, Siglo XXI Editores, S.A., 1969
- DEMO, Pedro. Política e Planejamento Social, I Seminário Nacional de Política e Planejamento de Formação Profissional do SENAI, Rio de Janeiro, SENAI/DN-FCV-IESAE, 1978 (mimeogr.)
- DURAND, J.C.G. (Organizador) - Sociologia do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967
- FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968
- GRACIARENA, Jorge. Desarrollo, Educación y Ocupaciones Técnicas, Curso de Planejamento e Administração de Sistemas Educacionais, Rio de Janeiro, FGV/CENAFOR/IESAE/CETERGS, 1974
- LIMA, J. Pinto; RODRIGUES, L.M.; CUNHA, T.F.; TORRES, Y.A. Técnicas para o desenvolvimento da Agricultura, Rio de Janeiro, ABCAR, 1961
- LOPES, Juarez Brandão. Do latifúndio à Empresa, Unidade e diversidade do capitalismo no campo, São Paulo, Ed. Brasiliense S.A., Caderno CEBRAP, 26, 1978
- MEDINA, C.A. de. Ensino Agrícola de Nível Médio no Brasil - Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais - mimeografado

- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista, 2ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense S.A., Seleções CEPRAP 1, 1976
- PAIVA, Ruy Miller, SCHATTAN, S. e FREITAS, C.F.T. Setor Agrícola do Brasil, comportamento econômico problemas e possibilidades, Rio de Janeiro, Forense Universitária, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976
- PELIANO, José Carlos. Política e Planejamento de Emprego, I Seminário Nacional de Política e Planejamento de Formação Profissional do SENAI, Rio de Janeiro, SENAI/DN-FGV-IESAE, 1978
- PEREIRA, Luiz. Ensaios de Sociologia do Desenvolvimento, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1970
- PINTO, L.A.C. e BAZZANELLA, W. Processo e Implicações do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores S.A., 1969
- RATINOFF, Luis. "Algunos problemas de la formacion y utilizacion del capital humano en el desarrollo reciente de America Latina". Hacia una politica de integracion para el desarrollo de la America Latina, VI Congresso de la SIAP, Venezuela, 1966
- SCHUH, G. Edward. O desenvolvimento da Agricultura no Brasil, Rio de Janeiro, APFC Editora S.A., 1971
- SINGER, Paul Israel. Economia Política do Trabalho, São Paulo, HUCITEC, 1977
- SOLARI, Aldo, CAPICLIA, N. e POATES, S. Educación, Ocupacion e Desarrollo, Curso de Planejamento e Administração de Sistemas Educacionais, Rio de Janeiro, FGV/CENAFOR/IESAE/CETERGS, 1974
- UNESCO. Sociologia del Desarrollo - Seminario sobre aspectos teóricos e metodológicos, Buenos Aires, Solar/Hachette, 1970
- VIEIRA, J.H.C. - CEPLAC - Uma experiência nova na Agricultura Brasileira, Brasília, CEPLAC, 1975